

CIES e-WORKING PAPER N.º 66/2009

**Olhar os quadros que nos enquadram a visão:  
perspectivas teóricas sobre a prostituição e as prostitutas**

BERNARDO COELHO

*CIES e-Working Papers* (ISSN 1647-0893)

Av. das Forças Armadas, Edifício ISCTE, 1649-026 LISBOA, PORTUGAL, [cies@iscte.pt](mailto:cies@iscte.pt)

**Bernardo Coelho** é sociólogo, investigador no CIES-ISCTE. Principais domínios de investigação: sociologia da família, relações sociais de género, relações íntimas e sexualidade. Membro da equipa de investigação do projecto *Social Quality and Changing Relationships between Work, Care and Welfare in Europe* (Workcare). Membro da equipa do CIES para o *European Social Survey*. Doutorando em sociologia no ISCTE, desenvolvendo pesquisa sobre prostitutas acompanhantes e o seus clientes. *E-mail*: bernardo.coelho@iscte.pt

## Resumo

Olhar sociologicamente as prostitutas acompanhantes implica o confronto com quadros imagéticos e discursivos que parecem conferir uma representação aparentemente estável ao fenómeno e às suas protagonistas. Partimos, portanto, para a desocultação dos quadros heteroproduzidos que organizam a visibilidade social do fenómeno prostitucional e das mulheres prostitutas. Esses quadros não são apenas traçados nas esferas mediática e ficcional, no universo normativo jurídico-legal, ou no mundo dos discursos comuns quotidianos, são também construídos e matizados pelo pensamento das ciências sociais e da sociologia em particular. O que aqui se propõe é uma curta arqueologia do pensamento das ciências sociais sobre a prostituta. Percebendo-se como os discursos científicos integram processos de produção de visibilidade social, reiterando frequentemente a distinção entre mulheres não prostitutas e prostitutas. Na medida em que as semelhanças, os espaços de coabitação simbólica e social entre elas são irremediavelmente suplantados pela reafirmação das diferenças.

**Palavras-chave:** prostituição, acompanhantes, perspectivas teóricas, quadros de representação.

## Abstract

Taking a sociological view of escort-girls implies confronting frameworks of discourse and image that seem to confer an apparently stable representation on the phenomenon and its protagonists. Accordingly, we set out with the aim of unveiling the hetero-produced frames that organize the social visibility of the prostitution phenomenon and women who work as prostitutes. These frameworks are not only traced out in the spheres of the media and fiction, in the normative universe of the law and legal practice or in the world of common everyday discourse but are also constructed and nuanced by the thinking of the social sciences and sociology in particular. What is proposed here is a short archaeology of social science thinking on prostitutes. With an understanding of how scientific discourse is part of the production processes of social visibility, often reproducing the distinction between women who are and are not prostitutes. Insofar as the similarities, the areas of symbolic and social cohabitation between them are irremediably surmounted by the reaffirmation of the differences.

**Key-words:** prostitution, escort-girls, theory, representation frames.

## Introdução

Olhar sociologicamente para um fenómeno como a prostituição, colocando as suas protagonistas no centro das inquietações analíticas, implica sujeitarmo-nos ao confronto com quadros imagéticos e discursivos que parecem conferir uma representação aparentemente estável quer ao fenómeno quer às mulheres que nele tomam parte.

Pensando o mundo social como uma realidade caleidoscópica,<sup>1</sup> não podemos imaginar a existência social dos indivíduos reduzida a um único quadro ou dimensão de vida e de experimentação do mundo. Pelo contrário, os quadros que organizam e estruturam a experiência do mundo social são plurais e o indivíduo vê-se na contingência de gerir individualmente essa multiplicidade.

Importa, por isso e em primeiro lugar, ficarmos abertos aos quadros heteroproduzidos que organizam a visibilidade social do fenómeno prostitucional e das mulheres prostitutas. Isto é, confrontarmo-nos com as formas visuais, narrativas e representacionais, através das quais a prostituição e as prostitutas se tornam evidências ou termos aparentemente auto-explicativos quando nos surgem na mente ou em frente do olhar. Uma visibilidade instanciada nas zonas sombrias da vida social; uma visibilidade que associa a prostituição às margens, ao desregramento, e que coloca as prostitutas nas ruas traseiras da vida de todos os dias. Ali permanecem prostitutas de rua porque nas sombras das esquinas melhor se escondem da acusação, apenas aparecendo sob a luz dos faróis dos carros passantes. Para ali se remetem prostitutas acompanhantes, escondendo-se em anúncios nos jornais ou em *sites* nas traseiras do mundo virtual da Internet, espaço erótico navegado mas sempre negado por quem nele viaja.

Assim, ao darmos o lugar central à aparentemente estável imagem da prostituição e das mulheres prostitutas, vemo-nos implicados num olhar atento às diferentes peças do caleidoscópio, rodando-o e entendendo as suas sucessivas reconfigurações. Trata-se de assumir uma lógica de ir por partes, isolando analiticamente cada uma destas peças, isto é, cada um desses quadros estruturantes de

---

<sup>1</sup> Caleidoscópio: aparelho da física para obter imagens em espelhos inclinados, e que a cada movimento apresenta combinações variadas e interessantes.

uma representação aparentemente estabilizada das prostitutas e daquilo que estas fazem. Identificam-se quatro quadros fundamentais.

O *quadro mediático e ficcional*, que se constitui em torno das imagens e narrativas divulgadas quer pela comunicação escrita e televisionada, quer pelas narrativas ficcionais, na literatura, no cinema, no teatro ou séries televisivas. Estes dispositivos visuais e narrativos produzem, muitas vezes, representações que oscilam entre o cinzentismo, depressão e decadência, por um lado, e a glamourização da actividade prostitucional, das prostitutas e das suas vidas, por outro.

Em segundo lugar, não podemos negligenciar o *quadro jurídico-legal*. Este quadro não é simplesmente produtor de um enquadramento normativo, ele (re)produz tacitamente representações cristalizadas sobre o fenómeno prostitucional e sobre as mulheres prostitutas. Porque a diversidade de molduras legais não é indiferente às tensões entre modelos legais hegemónicos de carácter repressor e criminalizante (Ribeiro *et al.*, 2008), herdeiros directos dos movimentos proibicionista e abolicionista, e outros modelos de tendência laboralizante da actividade prostitucional, que pretendem a regulação da actividade pela esfera do trabalho em lugar da esfera criminal.

Em terceiro, o *quadro dos discursos comuns*, que estabelece um cenário normativo excludente para a sexualidade experimentada em contexto prostitucional e, sobretudo, excludente das mulheres prostitutas. Quadro marcado, por um lado, pelos movimentos de privatização da intimidade e pela visão de uma sexualidade plástica mas raramente autorizada a desvincular-se dos discursos do amor. Por outro, configurado pelo duplo padrão da experimentação e expressão sexual que é marca constituinte das identidades de género e das normatividades específicas da masculinidade e da feminilidade.

Finalmente, o *quadro dos discursos das ciências sociais*, sobre o qual incide o enfoque deste texto-processo,<sup>2</sup> porque se torna essencial ter consciência de como este é um espaço permeável e poroso, onde se articulam, de forma nem sempre pacífica, tradições de pensamento diversas, discursos ideológicos de variada ordem, e acção política.

---

<sup>2</sup> Produto do acto de constante reescrever, texto mutável que se reconfigura na exacta medida em que se compõe e recompõe o conhecimento.

## Sexualidade, quotidiano e prostitutas acompanhantes

O carácter extra-ordinário que normalmente é reservado à sexualidade fez com que grande parte da energia implicada no estudo da sexualidade enquanto fenómeno social fosse direccionada para os desafios das convenções e normas sociais, para os estudos feministas, *gay* e lésbico e na formulação da *queer theory*. Este investimento permitiu a afirmação e a centralização da sexualidade como um campo de indagação sociológica (Jackson, 2008).

Mas é necessário romper com este enfoque quase exclusivista nas formas disruptivas de sexualidade. É necessário perceber os padrões quotidianos da sexualidade, que são percorridos na vida de todos os dias pelos sujeitos. Não apenas para elucidar o habitual e o repetitivo, mas também para entender as formas de diversidade sexual que se inscrevem na vida de todos os dias. No fundo, olhar criticamente para as sexualidades normativas e transgressivas (*id. ibid.*).

A análise da sexualidade deve ser inscrita em formas de sociabilidade mais alargadas. Não devendo ser tratada como se fosse um aspecto especial da vida – ela é tão comum como qualquer outra coisa – exterior ao mundo social. Localizar a sexualidade no quotidiano, como parte integrante da fábrica da rotina de todos os dias da vida social, permite relacionar e perspectivar a sexualidade com outros aspectos da vida (*id. ibid.*). Nem a prostituição, nem os seus sujeitos (prostitutas e clientes) fazem parte de uma realidade especial separada por uma espécie de bolha mais ou menos transparente. Mas a verdade é que têm sido percebidas como esferas especiais, e especialmente transgressivas, da realidade social sexual.

Putá significa prostituta. E a prostituta é, segundo o Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa, a pessoa que pratica sexo por dinheiro. Se a palavra prostituta remete para um universo transaccional e para uma esfera relacional, a palavra puta transforma quem a carrega em mulher sem moralidade, devassa ou com comportamentos reprováveis. Uma mulher que se detesta ou maldiz pelos seus comportamentos ou atitudes. A importância do significado semântico reside no seu poder simbólico, isto é, na sua capacidade de representar coisas, pessoas ou acontecimentos. O poder simbólico da semântica encontra-se na sua capacidade de nos fazer imaginar, pois é através da linguagem que pensamos e nos

expressamos. Assim, quando imaginamos ou pensamos numa prostituta o que nos surge é uma imagem construída a partir dos significados que reportamos à palavra prostituta e/ou puta.

No caso da prostituta, quando o significado semântico passa a ter um valor simbólico capaz de moldar a sua imagem social, surge uma confusão entre significado e significante. Isto é, a palavra prostituta e a imagem que ela produz confunde-se com a identidade das mulheres que são prostitutas. Estas mulheres ficam presas a uma palavra, perdendo virtualidade enquanto actores do social. Elas são uma palavra, uma palavra que remete para um universo de imoralidade e desregramento, elas são uma palavra-estigma, um insulto. A identidade das mulheres que são prostitutas torna-se estática e a-histórica, na medida em que são retiradas da realidade dinâmica das relações sociais e das relações de poder, ficando numa situação marginal. As prostitutas são colocadas nas margens da sociedade e transformadas em mitos e significados semânticos rígidos.

É precisamente neste espaço de sobreposição entre representação e identidade que nasce o mito. Representada em romances, filmes e na cabeça das pessoas como vilã, mulher perigosa e imoral, a prostituta é uma personagem presente no quotidiano. Reais ou não estas representações fazem da prostituta um ser misterioso e profano. Mas, de facto, a prostituta permanece oculta, sem possuir, ou melhor, sem lhe ser (re)conhecida a identidade de mulher principal capaz de se construir. Mais do que saber se as representações correspondem à realidade, interessa perceber que sujeitos são estes que estão envoltos por esta aura mítica da prostituta. É necessário desvendar o processo de construção, gestão e manipulação de uma identidade potencialmente contraditória, em que a mulher prostituta surge como uma plataforma giratória de identidades, na medida em que encarna um verdadeiro interface entre dois modelos de feminilidade: a imagem da mulher pura e normalizada – a mulher principal; e a mulher imoral e desregrada, associada frequentemente à imagem da prostituta – a mulher marginal. Trata-se de decifrar aquele espaço sombrio onde as mulheres que são prostitutas gerem uma existência pessoal que circula de forma intermitente entre os dois espaços de afirmação da identidade feminina: por um lado, não podem negar a sua ocupação, na medida em que a visibilidade é funcionalmente necessária na prostituição, tendo de mostrar e viver uma identidade de mulher marginal e desregrada; por outro, estas mulheres não estão isoladas do resto da sociedade, tendo necessidade de minimizar o risco da acusação e

estigma, protegendo-se através da afirmação da identidade de mulher principal. Não se pretende tratar a identidade de prostituta como algo polarizado entre duas imagens estereotipadas de feminilidade. Pelo contrário, deseja-se começar a desenrolar o novelo de fluxos e refluxos comunicacionais entre estes dois modelos de feminilidade em que a identidade da mulher que é prostituta se constrói.

O que são prostitutas acompanhantes? Os termos prostituta e acompanhante não são necessariamente sinónimos. Podem ser utilizados de uma forma conjugada. De facto, dizer simplesmente acompanhante não seria suficientemente revelador daquilo em que consiste o acto de fazer companhia. Dizer simplesmente prostituta também não parece ser suficientemente capaz de descrever a actividade.

Na aparência a acompanhante não será diferente de outra qualquer prostituta, encaixando numa imagem da mulher que troca serviços sexuais por dinheiro ou outros benefícios materiais. As acompanhantes, forma opaca e reservada de prostituição, fazem parte de um movimento mais alargado de privatização da troca comercial de produtos e serviços sexuais. Mascaradas por telemóveis, anúncios em jornais e apartamentos de luxo. Ou, ainda, disfarçadas noutras actividades, como massagistas, etc. É uma subpopulação mais oculta de uma população que, já por si, é oculta e marginal (Oliveira, 2004; Weitzer, 2000).

Essas máscaras que escondem as acompanhantes representam um enorme desafio analítico-teórico, porque as máscaras que privatizam esta forma de prostituição permitem a estas mulheres romperem com a antiga e prevalecente dicotomia entre as mulheres puras e as devassas, em que se baseia grande parte de construção teórica sobre as prostitutas. De facto, as acompanhantes encarnam a ultrapassagem da visão normativista da prostituta, que tende a colocar estas mulheres numa esfera autónoma do desvio e da divergência comportamental. Esta situação obriga a pensar novas formas de construção teórica, necessariamente mais baseadas no desvendamento, construções emergentes da observação e da análise, bem como que rompam com esta velha dicotomia analítica, ou pelo menos que estejam alerta para a sua existência, podendo articulá-la de uma forma mais plástica.

## Visibilidade

Colocar como problema analítico a visibilidade social da prostituição, nomeadamente da mulher prostituta acompanhante, permite dar espaço à emergência de um conjunto de implícitos nas representações simbólicas que circulam, por entre vários discursos, acerca da prostituição e das prostitutas.

Um dos eixos de estruturação simbólica, talvez o mais importante, é aquele que se situa entre os discursos externos e os discursos internos sobre a prostituição e as prostitutas. Dizendo de forma mais precisa, entre os discursos das ciências sociais e as suas apropriações simbólicas por parte dos discursos comuns.

A dimensão interpretativa das ciências sociais, particularmente da sociologia, é um problema de alguma importância, na medida em que se ocupam de um domínio, também ele recheado de interpretações, formas de sentido resultantes do relacionamento humano, que são geradas ao ritmo constante das relações entre os actores sociais. As práticas sociais tendem a ser interpretadas à luz dos conhecimentos que se vão produzindo e difundido acerca delas (Giddens, 2000). A sociologia está assim implicada de forma directa na construção de uma reflexividade social, isto é, num processo de constituição da própria sociedade e das relações entre os actores que nela se estabelecem, bem como na forma como estes as interpretam (*id. ibid.*).

Estabelece-se um duplo ciclo interpretativo. Na sua acção de pesquisa a sociologia está continuamente a observar e retirar informações simbólicas do conhecimento comum e a reinterpretá-las nos seus próprios termos (metalinguagem das suas produções teóricas). Ao mesmo tempo, muitas vezes sem se dar conta, existe um movimento inverso de difusão, apropriação e reinterpretação das suas análises dos fenómenos sociais. A forma como são difundidas acarreta um processo de simplificação. Sob esta forma simplificada, os produtos do pensamento e da criação sociológica emergente da interpretação de informações recolhidas directamente dos fenómenos sociais tendem a ser reintegrados no social, tornando-se elementos constitutivos dos processos de estruturação social. Bourdieu (1987) chama a isto efeito de teoria, isto é, a capacidade das teorias para gerarem efeitos na constituição do real.

Desta forma, o senso comum não é apenas formado por saberes gerados na experiência prática do quotidiano e do quadro relacional em que se inserem tais



vivências, mas também por formas de conhecimento incorporadas como uma espécie de segundas fontes de saber, saberes provenientes da divulgação científica, transformados praticamente por processos de divulgação típicos dos saberes práticos: a oralidade e a informalidade.

As representações sobre a prostituição e a prostituta são marcadas por esta articulação simbólica conflitual, pois as divergências entre discursos interna ou externamente produzidos têm alcances e legitimidades distintas. Desta forma, a imagem da prostituta é socialmente construída a partir do exterior, o interior interioriza-a e reprodu-la. São criados vectores de vinculação simbólica para as mulheres prostitutas, ou seja, este processo de dupla hermenêutica transforma-se numa espécie de dupla reificação. As representações sobre as mulheres prostitutas tendem a ser formas de conhecimento mistificado e mistificador, que se sedimentam no senso comum, nas interpretações sociológicas deste e na reapropriação que aquele faz dos conhecimentos criados por estas.

No centro dos discursos académicos acerca das mulheres prostitutas tem estado uma questão: de que forma são as mulheres prostitutas semelhantes ou diferentes das outras mulheres? Encontram-se na tradição da teoria social quatro grandes maneiras de responder a esta questão: seguindo uma tradição biopsicologista; a perspectiva funcionalista; a normalizadora; e, finalmente, a que coloca as prostitutas no centro de um sistema de dominação masculina, nomeadamente as correntes feministas.

## **Patologia funcional**

A lógica das explicações do modelo do tipo patológico reside na existência de uma característica anormal ou patológica que se assume como causa da entrada das mulheres na prostituição (Scambler, 1997; Scambler e Scambler, 1997; Pheterson, 1996; Phoenix, 2001). Desta forma, ser prostituta é sinónimo de sofrer de alguma espécie de patologia, quer seja de origem biológica, quer seja de origem psicológica. A patologização das mulheres prostitutas transforma estas em mulheres diferentes das outras: as normais. As explicações patológicas do envolvimento das mulheres na prostituição são extremamente limitadas, porque o espaço teórico criado fecha a porta à possibilidade de analisar as prostitutas como mulheres como quaisquer outras (esta construção teórica assenta sobre a afirmação da diferença; uma diferença que privilegia a mulher dita normal e reitera o sistema simbólico produtor de tal imagem). Ao mesmo tempo, não podemos esquecer que abre as possibilidades exploratórias das diferenças entre estes dois estereótipos do feminino (Phoenix, *ibid.*). A perspectiva patológica está associada a uma visão sociobiologista da prostituição, sendo a prostituta encarada como uma espécie de imperativo social, dadas as características e necessidades naturais do sexo masculino (Scambler, 1997; Scambler e Scambler, 1997).

Estas perspectivas não estão longe de uma tradição funcionalista, que tende a interpretar o desvio como uma forma de patologia ao mesmo tempo que a integra no sistema social. Um dos mais importantes contributos para este tipo de pensamento será o conceito de anomia construído por Merton (1970). Este autor enfatiza a especificidade do social, na tradição durkheimiana, procurando demonstrar a importância da estrutura social para o desenvolvimento de um comportamento desviante (Velho, 1999 [1974]). Desta forma, as perspectivas funcionalistas lançam uma nova pista para a exploração da ideia da duplicidade da feminilidade, ao mesmo tempo que reafirmam uma simbólica masculina. À distinção entre mulher normal e patológica é associada uma categorização do tipo funcional. Dando-lhe um carácter funcional equilibrador de tensões privadas, sendo a prostituição vista como uma forma de os homens libertarem as tensões do dia-a-dia, e como forma de satisfação das suas necessidades e desejos sexuais mais profundos (perceba-se: naturais), coisa que não seria possível concretizarem com as suas legítimas mulheres (Scambler, 1997). Aqui

surge a visão dicotomizada e funcional da identidade feminina: a mulher puta e a mulher casta. A primeira de carácter público, a quem se paga para a satisfação de prazeres e fantasias sexuais; a segunda é a mulher com quem se casa, a mulher privatizada pelo casamento e com quem se constitui família.

Há uma óbvia ênfase na integração social, sendo que todas as sociedades teriam os meios necessários para integrarem os indivíduos, os seus objectivos e interesses, para o bom funcionamento da sociedade. Neste sentido, mesmo a mulher prostituta e as suas acções seriam integradas funcionalmente na sociedade, desempenhando um papel específico. Ao contrário das mulheres prostitutas, aquele comportamento alternativo que consiga fugir a este tipo de integração funcional é considerado como anomia: a sociedade está em fase de anomia, está doente, pois não consegue integrar funcionalmente os objectivos e interesses dos indivíduos. Caminha para a desestruturação e para o caos, para a anomia (Velho, 1999 [1974]; Merton, 1970).

Em torno das perspectivas funcionalistas existe aquilo a que podemos chamar cinismo conceptual, na medida em que o comportamento desviante não é somente algo que ameace a existência da sociedade, mas pode ser até uma forma da sua redenção. Para Merton (*ibid.*), certos comportamentos desviantes de carácter inovador podem trazer as respostas adequadas. Mesmo que surjam modificações na estrutura social, haverá um momento em que as coisas voltarão à normalidade, em que tudo volta a encaixar nos respectivos lugares sociais – é o princípio da homeostasia. Desta forma, podemos perceber melhor como as mulheres prostitutas e o seu comportamento sexual considerado desviante foram integradas num sistema funcional, ficando encarregues do cumprimento da satisfação sexual masculina, tornando-se responsáveis funcionais pela reprodução de um sistema de dominação masculina.

O conservadorismo não reside apenas na ênfase na harmonia e no equilíbrio, mas também no facto de esta análise ter como premissa uma estrutura social não problematizada. Ou seja, a unidade de análise é um sistema social já dado, funcionando. A harmonia e o equilíbrio surgem automaticamente (Velho, 1999 [1974]). Existe outra premissa importante a ser equacionada. A oposição entre sistema social e indivíduo. A estrutura social ou sistema social são encarados não como conceitos analíticos, mas como entidades não só distintas mas opostas a indivíduos.

## Normalização ou normatização

Numa *sociedade de prostituta* as mulheres impõem sobre si próprias uma forma de disciplina e de integração. As prostitutas tornam-se normais, membros de uma sociedade em que são consideradas desviantes (Phoenix, 2001). As prostitutas são iguais às mulheres não prostitutas, pois são também actores sociais integrados em diferentes redes de relações sociais: as redes sociais a que umas e outras pertencem é que são diferentes (*id. ibid.*). A *sociedade de prostituta* é concebida por aproximação à ideia de subcultura: por um lado, os membros desta subcultura rejeitaram a sociedade dita normal, os seus valores e normas. Estas mulheres renunciaram às formas prescritas de comportamento e escolheram um modo de vida diferente. Por outro lado, existe uma diferença no que diz respeito à forma como são vividas as experiências do quotidiano, ou no que diz respeito à própria natureza dessas experiências (*id. ibid.*). A normalidade destas mulheres corresponde à marginalidade das mulheres não prostitutas. Isto implica uma concepção das prostitutas enquanto mulheres marcadas pela diferença.

A construção de uma *sociedade de prostituta* baseia-se, segundo Phoenix (*ibid.*), na ideia de oposição em relação à sociedade normalizada e estandardizada. Trata-se da emergência de uma sociedade refractária. Este tipo de concepção da *sociedade de prostituta* promove a construção da prostituta enquanto mulher guiada fundamentalmente pelas regras e normas que regem os comportamentos das mulheres normais, contudo, estas regras e normas surgem expressas de outra forma, pela sua negação (*id. ibid.*).

Esta ideia de sociedade de prostituta acaba por ser uma tentativa de conciliar dois pólos de uma divisão do trabalho sociológico (pelo menos nos Estados Unidos),<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> Esta ideia de divisão social do trabalho sociológico assenta em dois argumentos essenciais: em primeiro lugar, no percurso histórico de fundação e consolidação destas duas correntes (estrutural-funcionalismo e interaccionismo simbólico); em segundo lugar, na completa complementaridade entre as construções teóricas das duas correntes. O estrutural-funcionalismo corresponde à construção de uma grande metateoria e a uma análise sistémica da sociedade, em que o indivíduo é abandonado à força das estruturas sociais que o integram segundo uma lógica funcional, acabando por ser visto como um mero reagente. O interaccionismo simbólico, pelo contrário, centra o seu enfoque analítico no indivíduo e na dimensão interaccional, nas micro-relações que estabelece com os outros; a análise das estruturas sociais é deixada de lado, a dimensão interaccional para ser analisada acaba por ser a suspensão da sua existência num mundo social mais complexo. Desta forma criam-se dois feudos para o pensamento sociológico. Este enfeudamento, ou divisão social do trabalho sociológico, está bem patente no pensamento de Goffman que, analisando a dimensão interaccional, afirma a impossibilidade de os actores sociais deterem qualquer influência na transformação dos quadros estruturais da sociedade.

pretende ser uma terceira via por entre as teorias do estrutural-funcionalismo e as construções do interaccionismo simbólico. Pretende relacionar a ideia de subcultura (Becker, 1997 [1963]) com a análise do seu posicionamento nas estruturas sociais. O problema está no facto de não existir articulação entre estes dois níveis, isto é, mantém-se a tradição funcionalista de encarar a estrutura social como um dado adquirido e fixo. A ideia de sociedade de prostituta, tal como é descrita por Phoenix (2001), limita-se a opor a existência de uma subcultura do tipo exclusivista à preexistência de uma estrutura social dominante. Isto é, temos a possibilidade de pertencer a uma subcultura sempre desviante e de integração exclusiva a que se opõe uma posição na estrutura social estandardizada. O argumento normalizador da prostituição traduz-se, assim, numa visão normativista da prostituição e da prostituta. Neste sentido, temos a confirmação do tradicional vínculo: uma vez prostituta, prostituta toda a vida; porque uma vez na subcultura do desvio, desviante para a eternidade. A dificuldade reside numa visão estanque e fraccionada do comportamento humano que transforma a realidade individual em algo independente da sociedade. Ou se cria uma individualidade independente, pura, uma essência, defrontando-se com o meio exterior, ou então um facto social também ele puro, também todo poderoso, que paira sobre as pessoas (Velho, 1999 [1974]).

De facto, o desviante é um indivíduo que não está fora da sua cultura mas que faz uma leitura divergente (Becker, 1997 [1963]; Velho, 1999 [1974]). Ele poderá estar sozinho (um desviante secreto) ou fazer parte de uma minoria organizada. Ele não será sempre desviante. Existem áreas de comportamento em que agirá como qualquer cidadão normal. Mas noutras áreas divergirá, com o seu comportamento, dos valores dominantes. As mulheres prostitutas existem de forma mais ou menos contraditória dentro e fora da sociedade estandardizada. Isto provoca uma série de questões complexas: primeiro, que contradições vivem as mulheres por fazerem parte do universo da prostituição? Segundo, como é que as prostitutas negociam a sua existência contraditória? Em terceiro lugar, como é que as prostitutas constroem sentido para essas contradições?

As mulheres prostitutas acompanhantes não vêem o mundo essencialmente sem significado, mas vêem um significado diferente do que é captado pelos indivíduos ditos ajustados. Não são simplesmente deslocadas, e a sociedade não é simplesmente esmagadora. A leitura, pontualmente diferente de um código sociocultural, não indica

apenas a existência de desvios, mas também o carácter multifacetado, dinâmico e ambíguo da vida social. É o monolitismo social que leva à construção da ideia de inadaptado e de desviante (Velho, 1999 [1974]) e que comumente se aplica às prostitutas.

Ao contrário das visões estrutural-funcionalistas, a estrutura social não é homogénea em si mesma, é uma forma de representar a acção social de agentes diferentemente e desigualmente situados no processo social. A estrutura social, por si só, pouco pode valer se não for utilizada com a preocupação de perceber não só a continuidade da vida social, mas a sua permanente transformação (*id. ibid.*). A sociedade implica a existência de uma linguagem de signos e símbolos. Esta linguagem não é fechada. Existe uma permanente margem de manobra ou áreas de significado aberto onde possam surgir comportamentos divergentes e contraditórios. Isto não é necessariamente funcional, pois representa a permanente possibilidade de destruição de um ordenamento social (*id. ibid.*).<sup>4</sup>

Seguindo Howard S. Becker (1997 [1963]), os grupos sociais criam o desvio ao estabelecerem as regras cuja infracção constitui desvio e ao aplicá-las a pessoas marcando-as como marginais. O desvio não é uma qualidade do acto que a pessoa pratica, mas sim a consequência da aplicação por outrem de regras e sanções ao transgressor. Daí que seja possível o desviante secreto, aquele que pratica algo que pode ser sujeito a sanção por parte dos outros, mas que mantido como segredo evita a acusação e a denominação de desviante. O caso das putas acompanhantes pode bem ser um caso deste tipo.

A noção básica é que não existem desviantes em si mesmos, mas sim uma relação entre actores que acusam outros actores de estarem consciente ou inconscientemente a quebrar, com o seu comportamento, limites de determinada

---

<sup>4</sup> A constituição desta perspectiva representa uma possibilidade de ultrapassagem da divisão social do trabalho sociológico (sobretudo nos EUA) entre o estrutural-funcionalismo e o interaccionismo simbólico. Isto é, a capacidade de acção do indivíduo deixa de estar confinada aos contextos meramente interaccionais das relações interpessoais, ou melhor, estes contextos interaccionais passam a ser considerados como espaços de debate e luta política, *locus* de relações de poder, com capacidade constitutiva das estruturas sociais. Tal significa que a perspectiva goffmaniana da interacção como simples forma de apresentação e de gestão da impressão se vê ultrapassada naquilo que continha de cinismo conceptual: os indivíduos deixam de estabelecer relações entre si numa esfera enclausurada em que nada podem contra as grandes determinações sociais (Becker, 1997 [1963]; Shilling, 2003; Velho, 1999 [1974]).

situação de interacção. Trata-se de um confronto entre acusadores e acusados; estas posições relativas dependem do poder simbólico de cada um dos agentes sociais envolvidos na situação específica de interacção. A localização depende da capacidade de acesso aos recursos simbólicos necessários à construção do acusado. Assim, o facto essencial: o comportamento desviante é criado pela sociedade e em sociedade, no sentido em que é construído através das relações sociais de poder (Becker, 1997 [1963]; Velho, 1999 [1974]).

O comportamento desviante não é uma questão de inadaptação cultural, mas um problema político obviamente vinculado a uma problemática da identidade. As formas de comportamento desviante, marcando limites externos, dão à estrutura interna o seu carácter especial, e assim fornecem o arcabouço dentro do qual as pessoas desenvolvem um sentido ordenado da sua própria identidade (Becker, *ibid.*; Velho, *ibid.*; Pina Cabral, 2000). Com esta perspectiva supera-se a visão de uma estrutura social monolítica e acabada, tendo por base um consenso funcional com alguns inadaptados. Há uma permanente possibilidade de confrontos a partir de divergências. Existe poder no sentido relacional do termo, trata-se de uma constante tensão entre os agentes sociais.

## **Feminismo e o modelo da dominação masculina pura**

Esta tensão relacional parece ser um aspecto central quando se pretende perspectivar a prostituição e a prostituta tendo em consideração as relações sociais de género. Isto é, quando se coloca a construção da ideia de prostituta num processo de constituição de valor simbólico mas objectivamente concretizável através da definição de posições sociais diferenciadas entre homens e mulheres, entre o masculino e feminino e, mais concretamente, entre as mulheres prostitutas e as não prostitutas.

O feminismo foi a corrente que mais visivelmente aderiu a este enquadramento, mas na sua elaboração teórica e analítica o carácter relacional acaba por sofrer alguns percalços. Porque a tensão relacional entre dominados e dominantes na relação social de género é equacionada como um confronto de blocos. Como se dominantes e dominados habitassem estruturas sociais distintas que se confrontam sem alterar as suas posições relativas, nem as posições dos seus membros; ou melhor, apenas alterariam as suas posições relativas através de um processo de revolução simbólica. Tal como na ideia de sociedade de prostituta, as mulheres (sobretudo as prostitutas) apenas são possíveis na esfera dos dominados.

Numa fase inicial, a análise feminista da prostituição foi realizada em moldes reducionistas, sendo simplesmente considerada como uma actividade desviante e como uma forma de exploração e escravidão sexual (Høigard e Finstad, 1993 [1986]).

Num segundo momento, a análise feminista deslocou o centro do debate sobre a dominação masculina na prostituição para as relações estruturais implícitas, nomeadamente a dependência económica das mulheres que entram na actividade prostitucional (Pheterson, 1996; O'Neill, 1995; 1997; 2001; e Davidson, 1996;



1998).<sup>5</sup> Mas este processo de descentramento não constitui uma verdadeira inovação, pois a dependência e a precariedade económica das mulheres, num sistema social masculinizado, sempre foram apontadas como as grandes causas para a entrada na prostituição (Høigard e Finstad, 1993 [1986]; Prieur e Taksdal, 1989). Mais do que uma revolução na perspectiva feminista sobre a prostituição e as prostitutas, este segundo momento traduz-se numa exploração de argumentos anteriores.<sup>6</sup>

Assim, estes dois momentos da análise feminista não se afastam um do outro no que respeita ao núcleo argumentativo e interpretativo sobre a dominação masculina e a subordinação feminina. Neste contexto, a prostituição não se apresenta como mistério, é a forma mais absoluta de dominação masculina sobre a mulher, de escravidão sexual e de opressão. A violência de género explica a prostituição como o resultado do controlo dos homens sobre a sexualidade das mulheres. Mas esta visão acaba por reduzir as mulheres a objectos consumíveis, permitindo temporariamente que os homens assumam

---

<sup>5</sup> Este momento não é também alheio a uma tendência para a normalização da actividade que, como vimos atrás, redundava numa normatização excludente da prostituta. Neste caso, a normalização é tentada através da afirmação da actividade das prostitutas como forma de trabalho baseada na exploração capitalista e masculina dos seus corpos. Dois autores suecos (Maansson, 1981; Larsson, 1983) lançaram a noção de comércio sexual (*könshandelen*) como alternativa ao termo prostituição. Desta forma, queriam que o fenómeno fosse visto mais do ponto de vista da sociedade e menos do ponto de vista pessoal de quem entra nos meios prostitucionais. Nesta noção entram outras formas de trabalho sexual que não somente a prostituição, como seja o caso da pornografia. Esta noção acabou por dar origem à expressão: “mulheres que vendem sexo”, substituindo a palavra prostituta. Estas construções linguísticas tiveram a oposição das mulheres prostitutas norueguesas, que não aceitaram ser tratadas como uma qualquer metáfora, passando a ser elas próprias a retratar-se com as palavras feias, tais como puta ou prostituta (Skilbrei, 1996; 1998). Algumas organizações de prostitutas lançaram também a expressão trabalhadora do sexo (*sex worker*), numa tentativa de normalização da prostituição, na laboralização da prostituição. Tal como se passou com a ideia de sociedade de prostituta, esta forma de normalização acaba por se tornar numa forma de exclusão das prostitutas: a prostituta é colocada fora da sociedade, fora das estruturas sociais e incapacitada de as alterar ou de nelas estabelecer relações de poder. Veja-se o objectivo destes dois autores: analisar as prostitutas e a prostituição deixando de lado os actores sociais, focalizando a análise nas estruturas; o problema continua a estar numa visão estanque e fraccionada do comportamento humano, que transforma a realidade individual em algo independente da sociedade. Ou se cria uma individualidade independente, pura, uma essência, defrontando-se com o meio exterior, ou então um facto social também ele puro, também todo-poderoso, que paira sobre as pessoas (Velho, 1999 [1974]).

<sup>6</sup> A exploração desta linha argumentativa significa uma aproximação às teorias do conflito. Nesta versão das teorias do conflito, a prostituição é concebida como mais uma forma de trabalho do sistema (pós)industrial capitalista. Uma forma de trabalho que não só acentua as diferenças entre géneros como exponencia a relação de exploração entre detentores do capital (os clientes) e da força de trabalho (as mulheres prostitutas). No caso da prostituição a força de trabalho materializa-se literalmente no corpo das trabalhadoras, expoente máximo da exploração capitalista masculina (Scambler, 1997; Scambler e Scambler, 1997).

directamente o controlo sobre as (aquelas) mulheres, reafirmando o sistema patriarcal e masculinizado de organização das relações (Davidson, 1996; 1998; Phoenix, 2001; Scambler, 1997; Scambler e Scambler, 1997; Weitzer, 2000). A mulher prostituta fica encurralada entre duas possibilidades: por um lado, é vítima da opressão e violência masculina; por outro, estas mulheres são consideradas colaboracionistas com o poder masculino, permitindo a sua reafirmação (Davidson, 1996; 1998).

Penso que nesta ambivalência feminista reside ainda o problema do esquecimento de que as estruturas simbólicas actuam de forma democrática sobre os indivíduos, que todos os agentes sociais estão expostos à acção dos sistemas simbólicos dominantes; o pensamento feminista tende a esquecer que todas as mulheres foram alvo da violência simbólica durante o seu processo de socialização e não apenas algumas. Este acto de esquecimento permite um afrouxamento da vigilância sobre o conhecimento construído. Desta forma, a teoria feminista quando pretende reflectir sobre a prostituta acaba por incorporar uma das formas mais subtis de diferenciação sexual produzidas pela ordem masculina: a hierarquização da feminilidade. De facto, o que acontece é um processo de vinculação e distinção entre mulheres. As produtoras de discursos acabam por reafirmar a velha dualidade das mulheres castas e das impuras, vinculando as prostitutas como outras (seja pela sua vitimização, ou pela acusação de colaboracionismo com o sistema de dominação masculino). Temos um discurso feminista sobre a prostituição, que cria um nós e as outras, sendo que a alteridade não é desejada. Em certa medida, esta vinculação da mulher prostituta ao estado de outra distingue a produtora de discursos, que desta forma vê de si afastada a precariedade da sua posição enquanto mulher. É uma forma de afastar o risco de estigma de prostituta que paira como ameaça sobre a cabeça de todas as mulheres que tendem a romper com os cânones estabelecidos (Pheterson, 1996).

Uma narrativa explicativa da prostituição baseada no género e na dominação masculina pressupõe que existe uma diferença entre as prostitutas e as outras mulheres, que essas diferenças são o resultado do efeito da prostituição sobre as mulheres prostitutas e na objectivação dos seus corpos explorados como mercadorias (Weitzer, 2000). Desta forma, abre-se caminho à construção de uma relação de poder entre mulheres prostitutas e mulheres não prostitutas, na medida em que as prostitutas podem ser vistas como normais, como mulheres normais e como mulheres não normais. Estas variações dependem da forma como as mulheres prostitutas se vão afastando, ou

aproximando, da imagem da mulher respeitável. Isto implica a existência de uma imagem de feminilidade que deve ser adotada como modelo, sendo que a mulher prostituta se encontra sempre em desvantagem em relação a essa imagem. Esta construção da feminilidade bipolar traz dois tipos de problemas: em primeiro lugar, representa a reprodução do sistema de dominação masculina, na medida em que o modelo ideal de feminilidade é aquele que deixa colonizar a sexualidade feminina no universo simbólico que é monopólio do masculino. Em segundo lugar, e como consequência do anterior, no interior da categoria de mulher surge uma hierarquia: as mulheres puras, que correspondem ao arquétipo masculino de dominação, por isso integradas socialmente; e as mulheres devassas, que correspondem a uma ideia de libertação sexual feminina (o que não deixa de corresponder a outro arquétipo masculino: a disponibilidade sexual), que é remetida para as margens da sociedade.

As categorias marginalizadas pelos seus comportamentos sexuais, neste caso as prostitutas, servem para manter as fronteiras entre as boas e a más mulheres mantendo o núcleo das mulheres puras, mas também contribuem para uma importante função no imaginário masculino: nomeadamente através da imagem de mulheres sexualmente activas que adoram aquilo que fazem (sexo com desconhecidos), mulheres que prestam serviços sexuais e que gostam de o fazer (O'Neill, 2001). O papel da prostituta ajuda a diferenciar o comportamento e práticas legítimas daquelas consideradas ilícitas. A prostituta enquanto malfeitora, enquanto mulher que transgride as normas comportamentais a que deveria estar sujeita pela sua condição feminina, é uma categoria social que pode atingir qualquer mulher, mas é também um constituidor da centralidade da feminilidade legítima ao mesmo tempo que se coloca (é colocada) em posição periférica (Pheterson, 1996; O'Neill, 2001). A identidade da prostituta está muito mais associada às suas funções corporais e aos usos que faz do corpo do que no resto da população feminina, o rótulo de puta mantém todas as mulheres castas, aquelas que não o forem ao olhar acusador são necessariamente putas (O'Neill, *ibid.*).

O problema mais evidente desta abordagem é a construção da prostituta como uma imagem, ou arquétipo, da exploração, opressão e dominação masculinas. Em segundo lugar, a construção das prostitutas enquanto vítimas está presa a uma forma específica de conceber a relação entre as mulheres prostitutas e as não prostitutas. Isto resulta na (re)afirmação da imagem da mulher casta (Phoenix, 2001). Existe, portanto, uma forma relativamente erudita de (re)construção de uma visão mítica das mulheres

prostitutas. Isto acaba por significar a associação da prostituta ao desvio e ao desregramento, reificando não só a imagem percebida pelo senso comum, como também a aceitação de pressupostos teóricos que pretendia romper. Na verdade, dá-se um fechamento sobre construtos teóricos prévios, que acabam por ser utilizados de forma tácita, nomeadamente de algumas noções de desvio que têm origem nas perspectivas biologicistas e são recauchutadas pelo funcionalismo. Ao ficarem presas na ideia de desvio, as concepções feministas da prostituta ficam carregadas de conotações problemáticas, obrigando a uma utilização muito cuidada (o que nem sempre é bem conseguido). A ideia de desvio implica a existência de um comportamento ideal e normal. A preocupação em delimitar rigidamente comportamentos normais e desviantes só parece ser possível na medida em que se mantenha uma forte ruptura entre indivíduo e sociedade: existindo um sistema social tão poderoso, ou coercivo, que fosse capaz de determinar os padrões de comportamento. Estaríamos perante duas forças antagónicas (indivíduo e sociedade); o inadaptado é aquele cuja individualidade é tão exacerbada que contraria as normas. Temos os indivíduos contidos num sistema social que tem uma existência própria, distinguível das biografias dos seus membros (Velho, 1999 [1974]) e da sua constituição nas relações com as estruturas sociais.

Depois disto, a perspectiva feminista sofreu uma inflexão, passando a centrar o debate em torno do carácter performativo e erótico do trabalho das prostitutas (Davidson, 1998; Diana, 1985; Chapkis, 1997; Nagle, 1997). Isto representa uma transformação considerável, na medida em que se passou de uma perspectiva associada ao militantismo abolicionista, como aquela que percebia a prostituição como forma simples de exploração e dominação sexual da mulher, para uma perspectiva que laboraliza a actividade prostitucional (O'Neill, 2001).<sup>7</sup> Os argumentos desta nova perspectiva feminista assentam na ideia de que o trabalho sexual, o trabalho como

---

<sup>7</sup> Esta laboralização da actividade da prostituta não se assemelha às ideias difundidas pelas teorias do conflito aplicadas à prostituição. Neste caso, a noção de trabalho ultrapassa a mera condição da relação entre explorador e explorado, para se situar ao nível das possibilidades emancipatórias imanentes à forma como se concebe, como se performa o trabalho. A forma como se constrói significado para a actividade prostitucional, um significado que não está necessariamente associado à exploração pura e simples do corpo e da sexualidade feminina, para a mulher prostituta pode significar a sua actividade como uma forma de emancipação pessoal, como uma forma de concretização de projectos e trajectos sociais (Davidson, 1996; 1998; Nagle, 1997, O'Neill, 1997; 2001). Esta nova tendência no pensamento feminista sobre a prostituição não será alheia às construções daquilo a que podemos chamar feminismo pós-moderno, nomeadamente aos pensamentos de Butler (1993; 1999 [1990]), Tyler (2003) e Tseñlon (1997; 2001) sobre o processo de construção performativa da identidade de género.

prostituta, pode ser uma forma de emancipação, na medida em que estas mulheres ganham consciência e poder sobre os seus corpos. As relações de poder entre prostitutas e os seus clientes, que até aqui eram vistas como a materialização prática da dominação simbólica masculina, passaram a ser vistas como relações tensionais, mas também negociais. O poder deixou de ser monopólio do masculino (Davidson, 1996; 1998; O'Neill, 1997; 2001).

A fórmula utilizada para esta transformação assenta em dois pilares, um de ordem teórica outro de ordem metodológica. O primeiro embasa nas ideias difundidas por aquilo a que podemos chamar de feminismo pós-moderno, que afirma o carácter performativo quer da construção da identidade de género, quer das relações intergénero (Butler, 1993; 1999 [1990]; Tyler, 2003; Tseëlon, 1997; 2001). Abandona-se a conceptualização do tipo estruturalista das relações de género, das relações de dominação, adoptando-se a ideia de construção discursiva do poder (Butler, 1993; 1999 [1990]).<sup>8</sup> O pilar metodológico assenta sobre esta concepção discursiva, na medida em que defende a auscultação directa das mulheres prostitutas, a construção do conhecimento por via narrativa, para a emergência e consolidação das suas perspectivas (O'Neill, 2001).<sup>9</sup>

---

<sup>8</sup> Este tipo de conceptualização das relações de poder entre géneros recebe fortes críticas, tendo sido acusado de ser uma forma de pós-modernismo celebratório, que atrás de concepções discursivas da realidade tendem a esquecer a importância das estruturas sociais na constituição da realidade social, portanto, das condições objectivas para a entrada em contexto de relação de géneros (Bourdieu, 1999; Burkitt, 1998).

<sup>9</sup> Esta opção metodológica é particularmente interessante se tivermos em consideração que as mulheres que se prostituem mantiveram uma perspectiva fortemente crítica sobre as construções teóricas do feminismo acerca da prostituição e da condição de prostituta. Estas sempre rejeitaram as teses do desvio e da exploração pura e simples da sua sexualidade e corpo (Alexander, 1988; 1997; Nagle, 1997; O'Neill, 2001). Acerca das perspectivas metodológicas no estudo da prostituta, ver O'Neill (*ibid.*).

## **Visibilidade social socialmente construída**

Ao que temos estado a assistir nesta curta arqueologia do pensamento das ciências sociais sobre a prostituta é à reiteração da distinção entre mulheres não prostitutas e prostitutas. As semelhanças, os espaços de coabitação simbólica e social entre elas (se é que podemos falar na existência deste plural) são irremediavelmente suplantados pela reafirmação das diferenças. As diferenças entre prostitutas e não prostitutas, assim reafirmadas pelo pensamento erudito, acabam por fornecer o argumento necessário para a sua naturalização social. Isto é, a sua assimilação e adaptação pelo senso comum reafirma o sistema simbólico que sempre utilizou na ordenação dos comportamentos sexuais das mulheres (processo a que não são alheias as próprias mulheres, prostitutas ou não). O senso comum racionaliza as suas ideias para o ordenamento das coisas, das pessoas e do mundo, reforçando o carácter conservador e mitológico desta forma de saber. Por outro lado, e ao mesmo tempo, através desta incorporação dos seus saberes, os conhecimentos académicos acerca da prostituta acabam por entrar numa lógica de naturalização.

É no fluxo destas construções teóricas acerca da prostituta e no refluxo das suas apropriações e adaptações pelo senso comum que se cria o significado simbólico destas mulheres. É neste redemoinho simbólico que as palavras prostituta e puta ganham uma imagem, ganhando também uma enorme capacidade projectiva. Uma parte do debate sobre a prostituição incide sobre o uso de palavras. A palavra puta é, para a maioria, uma expressão ofensiva, uma palavra utilizada como insulto, e tem sido utilizada como meio de difamação e de fechar as mulheres dentro ou fora de tal conotação, de as colocar dentro ou fora da normalidade feminina. A palavra prostituta tem também uma associação negativa, porque prostituir-se torna-se sinónimo de vender-se, de não existência de integridade, sinónimo de se tornar objecto ou produto de compra (Skilbrei, 1996). É nessa projecção, aparentemente linguística, mas também representacional e imagética, que se situam as mulheres consideradas prostitutas. Projectar significa lançar de si, arremessar, mas também ter ou traçar um projecto. A multiplicidade de significados permite perceber claramente que estamos novamente no encontro dos modos como os vectores de produção de significado externos à prostituição (arremessados, lançados a partir do exterior do fenómeno), sobretudo externos a este tipo privatizado de prostituição que é construído pelas acompanhantes, se interligam

com os vectores internos (lançados ou traçados como projecto a partir das próprias prostitutas) e como essa ligação representa uma relação simbólica de dominação.

Podemos dizer que as representações que dão visibilidade social à prostituição e à prostituta têm origem mais frequente nos arremessos exteriores, nas construções projectivas que se desenham de forma geométrica sobre as mulheres, dividindo-as em dois planos; ao mesmo tempo, os significados simbólicos projectados a partir das protagonistas tendem a ser desvalorizados (Alexander, 1988; 1997; Nagle, 1997; O'Neill, 1997; 2001; Scambler, 1997). Pondo de outra forma, aqueles que constroem as representações simbólicas dominantes na constituição da imagem e da identidade da prostituta não são os protagonistas da actividade prostitucional, mas agentes externos que detêm os recursos objectivos que lhes permitem assumir a posição de produtores simbólicos.

Ora, estes produtores<sup>10</sup> não se limitam à produção simbólica, são também criadores de ideologia; de outra maneira, é a própria produção simbólica que transporta consigo uma função ideológica. Cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação. Assim, produtores e produtos simbólicos contribuem para assegurar a dominação, reforçando a posição relativa daqueles envolvidos nas relações de força que a fundamentam (Bourdieu, 2001). O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica: o sentido imediato do mundo social, tornando possível o consenso acerca do sentido desse mundo social e contribuindo para a reprodução da ordem social vigente. Isto é, produtores e produtos simbólicos contribuem para a reafirmação da centralidade simbólica e social masculina e para a reiteração da posição marginal das mulheres, sobretudo das prostitutas.

Seguindo Bourdieu (*ibid.*), a função ideológica do campo de produção simbólica realiza-se de maneira quase automática na base da homologia entre as estruturas do espaço social e do campo de produção.<sup>11</sup> Neste sentido, os produtores

---

<sup>10</sup> Neste processo coexistem dois tipos de produtores: os especialistas, onde podemos colocar o conjunto de pensadores das ciências sociais que debateram sobre o fenómeno da prostituição e da prostituta; e aqueles que, não sendo especialistas, se tornam produtores simbólicos através da apropriação, adaptação e utilização das construções dos especialistas.

<sup>11</sup> Existe aqui um detalhe importante: a homologia não está garantida nem é estática. Isto significa que é uma construção feita na base das práticas que os actores desenvolvem no sentido da sua criação; no sentido da reafirmação das suas posições sociais e simbólicas (Bourdieu, 1998).

externos da imagem da mulher prostituta, porque externos à condição marginal e portanto ocupando lugares centrais na estrutura do espaço social, acedem aos recursos que permitem constituir as bases de leitura e de justificação dessa mesma distinção. Em contrapartida, as prostitutas, porque consideradas por aqueles como marginais, estão à partida afastadas das possibilidades de produção simbólica, mesmo que esta seja a seu respeito. A homologia entre os dois campos tende a impor a apreensão da ordem estabelecida como natural, por meio de um sistema de classificação e de estruturas mentais objectivamente ajustadas às estruturas sociais. Esta naturalização é tanto mais forte quanto a força mágica da violência simbólica (Bourdieu, 1999; 2001) se fizer sentir, isto é, na medida em que a arbitrariedade da construção simbólica e da justificação das distinções e posições sociais for sentida pelos dominados como algo natural e não imposto, fazendo-os entrar num esquema reprodutor dessa dominação. Aqui está em causa a capacidade de instituir uma visão do mundo que será oferecida aos dominados: óculos através dos quais estes se vão conceber a si próprios e à realidade social. Está em jogo o monopólio da violência simbólica, o poder de impor, ou inculcar, uma visão do mundo, bem como instrumentos de conhecimento e expressão (Bourdieu, 2001).

A história, a imagem, a visibilidade e a posição social da prostituta, construídas no vaivém dialéctico entre os discursos eruditos da academia e os saberes feitos prática do senso comum, são incorporadas; no seu estado incorporado, resgatam a história, a imagem, a visibilidade e a posição social anteriores e actualizam-nas segundo as formas incorporadas: a história, a imagem, a visibilidade e a posição social da prostituta tornam-se num contínuo, tornam-se a-históricas através de um processo de des-historização levado a cabo pelos próprios protagonistas. Naturalizam-se os discursos e as formas de visibilidade social da prostituta. Temos a prostituta com uma visibilidade social socialmente construída, mas cujo processo de construção tende a ser apagado pelos produtores, no sentido de transformar aquilo que foi o produto de relações sociais históricas num produto acabado e natural. Neste processo está implícito o pressuposto de que as prostitutas não terão outra base relevante ou conteúdo possível para a constituição de uma identidade que não seja a referência às construções e visibilizações tornadas naturais.

Desta forma, que espaço é deixado às mulheres prostitutas para a construção de si e da sua imagem? Será que continuamos presos a uma visão estruturalista sobre a



prostituição e a mulher prostituta? Permitam-me que estas sejam perguntas que coloco a mim mesmo e para as quais ainda busco respostas possíveis. De facto, o que fica em jogo com esta pergunta é o processo de construção identitária das mulheres prostitutas num contexto de marginalização social e simbólica. O que está em causa é perceber como estas mulheres constroem a sua própria história, imagem e identidade, sabendo que estão inseridas em relações sociais de poder em que ocupam uma posição frágil, que as obriga a resistir às sucessivas tentativas de marginalização: quer pelos discursos académicos, quer pelos saberes feitos práticas nas artes de saber fazer de todos os dias do senso comum. No fundo, trata-se de perceber como estas mulheres estabelecem as suas relações sociais, não só com os outros, mas também com o mundo social. Isto é, como enquanto sujeitos individuais se relacionam com as estruturas sociais, não estando aqueles simplesmente contidos num sistema social que tem uma existência própria, distinguível das biografias dos seus membros.

Contudo, no que respeita à construção social da visibilidade social das prostitutas, não podemos negar o poder de imposição simbólica do vector externo. Pelo que, internamente, a visibilidade da prostituta é construída entre a necessidade operatória para o desenvolvimento da sua actividade e a consciência da existência de discursos e imagens exteriores que as colocam na margem. Assim, a visibilidade, internamente produzida, é uma visibilidade marginal. As prostitutas de rua, ainda assim as mais visíveis, percorrem ruas sombrias, as ruas traseiras das cidades iluminadas pelos faróis passantes dos carros em giro. A sua forma de apresentação, os seus corpos, o seu vestuário, a forma de andar criam uma visibilidade que reafirma a sua posição marginal enquanto mulheres e indivíduos, pois é através dessa marginalidade que são reconhecidas como prostitutas. Esse reconhecimento é operatório no desenvolvimento da actividade, é a adequação visual à ideia de marginalidade que as torna reconhecíveis, permitindo o desenvolvimento da actividade. As acompanhantes constroem uma visibilidade marginal não física, isto é, a sua visibilidade enquanto prostitutas reduz-se aos pequenos anúncios de jornais ou da Internet que funcionam como cartões de visita. Ainda que reduzida aos anúncios, estes não deixam de reafirmar o seu carácter marginal, a sua imagem de mulheres não normais, mulheres de comportamentos sexuais desviantes: neles são tornadas explícitas práticas sexuais, disponibilidades sexuais e atributos corporais.

## Referências bibliográficas

Alexander, Priscilla (1988), “Prostitution: a difficult issue for feminists”, em Frédérique Delacoste e Alexander Priscilla (orgs.), *Sex Work: Writings by Women in the Sex Industry*, Londres, Virago Press.

Alexander, Priscilla (1997), “Feminism, sex workers and human rights”, em Jill Nagle (org.), *Whores and Other Feminists*, Nova Iorque e Londres, Routledge, pp. 135-139.

Becker, Howard S. (1997 [1963]), *Outsiders: Studies in the Sociology of Deviance*, Nova Iorque, The Free Press.

Bourdieu, Pierre (1987), *Choses Dites*, Paris, Les Éditions de Minuit.

Bourdieu, Pierre (1998), *Meditações Pascalianas*, Oeiras, Celta Editora.

Bourdieu, Pierre (1999), *A Dominação Masculina*, Oeiras, Celta Editora.

Bourdieu, Pierre (2001), *O Poder Simbólico*, Lisboa, Difel, 4.<sup>a</sup> ed.

Burkitt, Ian (1998), “Sexuality and gender identity: from a discursive to a relational analysis”, em *The Sociological Review*, vol. 46, n.º 3, Agosto, pp. 483-503 (Oxford, Blackwell Publishers).

Butler, Judith (1993), *Bodies that Matter: On the Discursive Limits of “Sex”*, Nova Iorque e Londres, Routledge.

Butler, Judith (1999 [1990]), *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*, Nova Iorque e Londres, Routledge.

Chapkis, Wendy (1997), *Live Sex Acts: Women Performing Erotic Labour*, Londres, Cassell.

Davidson, Julia O’Connell (1996), “Prostitution and the contours of control”, em Jeffrey Weeks e Janet Holland (orgs.), *Sexual Cultures: Community, Values and Intimacy (Explorations in Sociology)*, Londres, Macmillan Press, pp. 180-200.

Davidson, Julia O’Connell (1998), *Prostitution, Power and Freedom*, Cambridge, Polity Press.

Diana, Lewis (1985), *The Prostitute and Her Clients: Your Pleasure Is Her Business*, Springfield: Charles C. Thomas.

Giddens, Anthony (2000), *A Dualidade da Estrutura: Agência e Estrutura*, Oeiras, Celta Editora.

Høigard, Cecilie, e Liv Finstad (1993 [1986]), *Bakgater: Om Prostitusjon, Penger og Kjærlighet*, Oslo, Pax Forlag.

- Jackson, Stevi (2008), "Ordinary sex", em *Sexualities*, vol. 11, n.º 1-2, pp. 33-37.
- Larsson, Stig (1983), *Könshandeln: Om Prostitutertades Villkor*, Estocolmo, Skeab.
- Maansson, Sven-Axel (1981), *Könshandelns Främjare och Profitörer: Om Förhaallandet Mellan hallick og Prostituerad*, Lund, Doxa.
- Merton, Robert K. (1970), *Sociologia: Teoria e Estrutura*, S. Paulo, Editora Mestre Jou.
- Nagle, Jill (org.) (1997), *Whores and Other Feminists*, Londres, Routledge.
- O'Neill, Maggie (1997), "Prostitute women now", em Graham Scambler e Annette Scambler (orgs.), *Rethinking Prostitution: Purchasing Sex in the 1990s*, Londres, Routledge, pp. 3-28.
- O'Neill, Maggie (1995), "Prostitution and violence: towards a feminist practice", em M. Hester, J. Radford e L. Kelly (orgs.), *Women, Violence and Male Power*, Londres, Routledge.
- O'Neill, Maggie (2001), *Prostitution and Feminism: Towards a Politics of Feeling*, Cambridge, Polity Press.
- Oliveira, Alexandra M. da Silva (2004), *As Vendedoras de Ilusões: Estudo sobre Prostituição, Alterne e Striptease*, Lisboa, Editorial Notícias.
- Pheterson, Gail (1996), *The Prostitution Prism*, Amesterdão: Amsterdam University Press.
- Phoenix, Joanna (2001), *Making Sense of Prostitution*, Basingstoke, UK, Palgrave.
- Pina Cabral, João de (2000), "A difusão do limiar: margens, hegemonias e contradições", em *Análise Social*, vol. XXXIV, n.º 153, pp. 865-892.
- Prieur, Annick, e Arnhild Taksdal, (1989), *Å Sette Pris på Kvinner: Menn som Kjøper Sex*, Oslo, Pax Forlag.
- Ribeiro, Manuela, Manuel Carlos Silva, Joahna Schouten, Fernando B. Ribeiro, e Octávio Sacramento (2008), *Vidas na Raia: Prostituição Feminina em Regiões de Fronteira*, Porto, Edições Afrontamento.
- Scambler, Graham (1997), "Conspicuous and inconspicuous sex work: the neglect of the ordinary and mundane", em Graham Scambler e Annette Scambler (orgs.), *Rethinking Prostitution*, Londres, Routledge, pp. 105-120.
- Scambler, Graham, e Annette Scambler (1997), "Understanding prostitution", em Graham Scambler e Annette Scambler (orgs.), *Rethinking Prostitution*, Londres, Routledge, pp. xi-xviii.
- Shilling, Chris (2003), *The Body and Social Theory*, Londres, Sage Publications.
- Skilbrei, May-Len (1996), "Det overlever du alltid: En sociologisk analyse av kvinners vei inn i prostitusjon", Oslo, Universitet i Oslo.

Skilbrei, May-Len (1998), *Når Sex er Arbeid: En Sosiologisk Analyse av Prostitusjon på Massasjeinstituttene*, Oslo, Pax Forlag.

Tseëlon, Efrat (1997), *The Masque of Femininity: The Presentation of Woman in Everyday Life*, Londres, Sage Publications.

Tseëlon, Efrat (2001), “Introduction: masquerade and identities”, em Efrat Tseëlon (org.), *Masquerade and Identities: Essays on Gender, Sexuality and Marginality*, Londres, Routledge.

Tyler, Carole-Anne (2003), *Female Impersonation*, Londres e Nova Iorque, Routledge.

Velho, Gilberto (1999 [1974]), “O estudo do comportamento desviante: A contribuição da antropologia social”, em Gilberto Velho (org.), *Desvio e Divergência: Uma Crítica da Patologia Social*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.

Weitzer, Ronald (2000), “Why we need more research on sex work”, em Ronald Weitzer (org.), *Sex for Sale: Prostitution, Pornography, and the Sex Industry*, Londres, Routledge, pp. 1-16.